

ferreira
7

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO DEZOITO

Ao trigésimo dia, do mês de Setembro, do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Ordinária no edifício da União de Freguesias, Rua Frei Francisco Macedo, Botão, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de convocatória emitida a vinte e três de Setembro de dois mil e dezasseis:

Ponto Um – Período de antes da ordem do dia;

Ponto Dois – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

Ponto Três – Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto Quatro – Apreciação e deliberação da Primeira Revisão Orçamental 2016;

Ponto Cinco – Apreciação e deliberação de novo brasão da União de Freguesias, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses;

Ponto Seis – Apreciação e deliberação sobre assuntos relacionados com bens do património da União de Freguesias, propostos pelo Presidente da União de Freguesias;

Ponto Sete - Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença de nove Membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro, João Carlos Ferreira Marques em substituição de Henrique Fernando Simões Farelo, Florentino Alcides da Graça Vieira, João Oliveira Torres Parda, Fernando Lopes Moraes, Maria Regina Oliveira e Sara Laranjeira Ferreira Lindo.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares, Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva e Secretário Sérgio da Costa Madeira.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a presença do público, por estar mais composto e dizendo que é o que pretendemos, para desta forma poderem levar a mensagem a outros. Começa por ler os pontos constados na Convocatória, passando de seguida ao primeiro ponto (Período de antes da ordem do dia), e pergunta à Mesa se alguém tem algum assunto a apresentar. Não havendo nada a considerar, passa-se ao ponto número dois (Apreciação e votação das atas das sessões anteriores), dizendo que temos três Atas para aprovar, ficando ainda a faltar uma, e começa por explicar aos Membros da Assembleia a documentação em cima da mesa. Refere que aquando do envio da Convocatória, foram enviadas as Atas com as correções solicitadas por alguns dos Membros e que foram aceites pelas Secretárias e pela Presidente, mas que como João Parda, enviou as suas correções a considerar no dia da Assembleia, por volta da hora de almoço, ainda houve tempo para as rever novamente, mas não para as enviar de novo aos Membros, de modo que se optou por as imprimir. Questiona então a Mesa se pretendem ler as Atas na Assembleia, uma vez que já as tinham antecipadamente, ou se basta ler o que foi corrigido durante a tarde. Fernando Moraes intervém e diz que só poderá haver o problema do público pretender ouvir o conteúdo das Atas, e Elsa Ferreira responde, dizendo que depois de aprovadas ficarão ao dispor de qualquer pessoa para as ler, pois são públicas e Rui Soares diz que também irão ficar disponíveis na página de internet da Junta de Freguesia, bem como toda a informação relevante. Elsa Ferreira passa então à Ata número quinze, e diz que foram solicitadas algumas alterações, alertando que sempre que são solicitadas, vai verificar se são de acordo com o que foi dito ou não, pois podemos ter a tendência de querer clarificar nas Atas o que não se conseguiu transmitir em Assembleia, mas que o que tem que ficar escrito nas Atas, é o que realmente é dito em Assembleia e refere que todas as alterações solicitadas por João Parda foram aceites. Lê então as frases que foram alteradas, tendo João Parda concordado com as mesmas. Sérgio Madeira pede a palavra e refere-se à frase “dando um murro na mesa”. Leónia Forte responde que foi uma força de expressão utilizada por Sérgio Madeira, e que por isso está entre aspas, e questiona-o se não sabe o que quer dizer. Elsa Ferreira diz que esta frase é para manter, porque a Secretária afirma que foi uma força de expressão usada por Sérgio Madeira. Sérgio Madeira diz que não concorda e pede que fique escrito em Ata. Elsa Ferreira volta a dizer que é para manter, pois por vezes nós não nos

Oficina
6

apercebemos do que dizemos, mas o que é dito, é o que fica escrito, embora possa ficar em Ata, que Sérgio Madeira não concorda com esta frase. Estando tudo esclarecido, a Ata número quinze é aprovada, com três abstenções de Olga Monteiro, João Marques e Sara Lindo, por não terem estado presentes na Assembleia a que se refere a mema. Passa-se então à Ata número dezasseis e Elsa Ferreira começa por dizer que esta Ata tem apenas algumas alterações na última página e que a alteração solicitada por Regina Oliveira não pode ser aceite, uma vez que a frase que pede para se alterar, não corresponde ao que foi dito em Assembleia, inclusivamente o ponto de ordem que refere, não é igual ao da convocatória. Regina Oliveira responde que sabe exatamente o que disse, e que o poderá dizer de novo para ser transcrito, pois poderá não ter transmitido bem no e-mail o que queria dizer. Elsa Ferreira responde que provavelmente não estava bem clarificado, e que o poderemos fazer hoje, e se for caso disso, faz-se a devida alteração. Regina Oliveira responde então, que o que disse foi que a Elsa estudou, preparou e analisou, mas que ela própria não teve oportunidade de o fazer, porque na convocatória não estava nada a referir esta situação. Refere também, que Elsa Ferreira disse imediatamente que concordava, e que esperava que fossem então analisar e estudar, para depois se voltar a debater o assunto, e que o que está escrito na Ata não foi nada do que tinha dito. Leónia Forte responde que a única coisa que falta é a referência à convocatória. Depois de se clarificar o que Regina Oliveira disse em Assembleia, esta concordou que a sua intervenção ficasse da seguinte forma: "Regina Oliveira intervém, dizendo que não tendo estudado esta situação antecipadamente, porque não foi comunicado na convocatória, não acha correta a sua votação". Elsa Ferreira menciona então as alterações solicitadas hoje por João Pardal, e refere a sua intervenção no quinto parágrafo, dizendo que aceitamos só uma parte do pedido de alteração. Lê a alteração pretendida e chama a atenção para a frase "Estando o Secretário em pleno uso das suas funções, só o Tribunal poderá determinar a perda de mandato de um membro do Executivo caso haja motivos para tal, pelo que a Assembleia é irregular", referindo que a palavra "irregular" não foi usada de certeza. João Pardal diz que se falou do Tribunal. Elsa Ferreira responde que se poderá ter falado do Tribunal, mas não naquela palavra e explica porquê. Diz que na altura achava de facto que se podia atender à pretensão do Presidente da Junta, mas que sentiu da parte dos Membros da Mesa, logo à partida, que não sabiam bem, mas que se calhar não seria possível, e que era melhor ir ver, e que em tempo nenhum, a palavra "irregular" foi utilizada. Até porque, na sessão seguinte, quando se chegou ao ponto da recomposição da Junta, afirmou que não era possível atender à pretensão do Presidente, porque não se era possível fazer, e João Pardal respondeu que era verdade e que já sabia. E nessa altura, Elsa Ferreira perguntou a João Pardal porque não disse logo isso, se já sabia. João Pardal refere que também disse que existiam pareceres, e que isso também não está mencionado. Elsa Ferreira responde que isso poderá ficar, mas "irregular", não. João Pardal refere então o início da frase "João Pardal intervém a favor de Sérgio Madeira..." e diz que João Pardal não intervém a favor, nem a desfavor, e que é uma ideia opinativa de quem escreveu. Elsa Ferreira solicita então a Leónia Forte que retire as palavras "a favor", reiterando que não pode aceitar que tenha dito que a Assembleia é irregular, assim como não pode aceitar que tenham dito que abandonavam a Assembleia. João Pardal responde que isto foi dito, mas depois chega-se à conclusão que o que foi realmente dito é que não participavam na votação. Depois de se tirar todas as dúvidas, conclui-se que as intervenções de João Pardal ficarão da seguinte forma: "João Pardal intervém dizendo que se Sérgio Madeira foi sempre elogiado pelo próprio Presidente, e até mesmo pelo próprio João Pardal que o fez em Sede de Assembleia, não entende como é que Rui Soares pede agora a sua substituição." Diz também, que "a Assembleia vota vogais e o Presidente distribui funções, e que estando o Secretário em pleno uso das suas funções, só o tribunal poderá determinar a perda do seu mandato, adiantando que existem vários pareceres sobre o assunto." e "João Pardal diz que a Lei é vaga e questiona a Presidente sobre qual a Lei e o Artigo que permitem a substituição de um vogal, e que caso se avance com a votação para a substituição do Secretário enquanto vogal do Executivo, os membros da Assembleia eleitos pela Coligação por Coimbra, não participam na votação.". Após as devidas retificações, Elsa Ferreira pergunta se há mais alterações e Sérgio Madeira diz que no que lhe diz respeito, não disse a frase "Quer agora que saia para começar a ter favores de fornecedores e empreiteiros?". Elsa Ferreira afirma que esta frase foi dita e que há mais pessoas que o podem comprovar, nomeadamente a segunda Secretária que estava a ajudar, referindo que todas as alterações solicitadas por Sérgio Madeira, e que podíamos alterar, foram alteradas. Sérgio Madeira mantém a sua posição dizendo que não disse aquela frase e que pretende que isto fique escrito em Ata, assumindo as suas responsabilidades. Elsa Ferreira aceita que esta observação fique na presente Ata, mas não aceita retirar a frase da Ata dezasseis, porque está escrito pelas Secretárias, e que se lembra perfeitamente desta expressão. Sérgio Madeira refere que mais uma vez com as gravações

Ferreira

estas situações se esclareciam, e que fica contente por se ter retirado a frase "...pondo em causa a seriedade do Presidente...", pois foi uma conclusão e quem faz as Atas não têm que concluir, e Elsa Ferreira responde que concordamos. Sérgio Madeira continua no uso da palavra e Elsa Ferreira solicita que só refira o que pretende ver alterado, não repetindo o que já foi alterado, pois isso já todos têm conhecimento. Sérgio Madeira responde que sim, e refere a frase "Nesse telefonema, diz Sérgio Madeira que, Nelson Trindade disse que se falava em Souselas,...". Elsa Ferreira interrompe e diz que realmente se ficou de clarificar, pois tínhamos ficado com esta dúvida. Sérgio Madeira diz que compreende que esta altura da Assembleia foi muito confusa, e que compreende que foi complicado para quem escreve. Elsa Ferreira questiona se esta situação foi no telefonema ou na reunião. Esclarece-se então, com Rui Soares e Miguel Monteiro, e conclui-se que a observação do contabilista foi dita na reunião, e não no telefonema mencionado. Sérgio Madeira diz que tem mais uma questão para terminar, na terceira página, e na altura em que a Presidente diz que "... não tem qualquer competência para o exonerar.", diz que foi dito também que "A minha posição está aqui.", exibindo boletins de voto. Elsa Ferreira questiona a Mesa se exibiu boletins de voto, e quando alguns Membros respondem que não, a Presidente diz que sabe que não exibiu boletins de voto, e por isso não pode aceitar este pedido de alteração de Sérgio Madeira. Sérgio Madeira diz que tinha uns papéis, e Elsa Ferreira volta a afirmar que não exibiu nada. João Pardal menciona que existiam os boletins de voto e que estavam na mesa. A Presidente afirma que sim, porque tinha a ideia de que se podia fazer a votação, mas nunca os chegou a exhibir e que nem lhes pegou. Leónia Forte diz que Elsa Ferreira lhes pegou sim, mas para os virar ao contrário. Rui Soares intervém por último, e diz que nesta Assembleia houve acusações gravíssimas e que o que Sérgio Madeira disse acerca dos fornecedores e empreiteiros foi verdade, tanto que no dia a seguir ligou logo ao advogado para saber o que se podia fazer, pois o que disse foi muito grave. Elsa Ferreira interrompe e diz que como estamos em aprovação de Atas, é isso que vai continuar, e questiona a Mesa se estamos em condições de passar à votação, ou se entendem que é melhor reformular a parte do telefonema e da reunião. Estando tudo clarificado, passa-se à votação da Ata número dezasseis, que é aprovada com uma abstenção de João Marques, por não ter estado presente na Assembleia a que se refere a mesma. Sara Lindo levanta a questão de Fernando Morais ter votado a favor, quando havia faltado à Assembleia da referida Ata, mas este, apesar de ter faltado à dita Assembleia, mantém o seu voto a favor. Esclarecido este assunto, Elsa Ferreira passa à Ata número dezassete, e diz que não recebeu pedidos de alteração, e questiona se alguém os tem a fazer. Continuando a não haver pedidos de alteração, passa-se à sua votação, tendo esta Ata sido aprovada com duas abstenções de João Marques e Olga Monteiro, por não terem estado presentes na Assembleia a que a mesma se refere. Elsa Ferreira menciona que falta ainda a Ata número dez, e Florentino Vieira diz que ainda terá que esperar mais um pouco. Sara Lindo questiona qual a data de envio da moção apresentada por si e aprovada em Assembleia, para as entidades competentes. Elsa Ferreira responde que não foi ainda enviada e que só poderá ir agora com a aprovação da Ata respectiva. Sara Lindo responde que não lhe parece ser correto, uma vez que temos uma Ata por aprovar desde há muito tempo, e questiona se tivéssemos uma moção dessa altura se tínhamos que aguardar a aprovação da Ata para o seu envio. Diz também, que se a moção foi aprovada pela Assembleia, tem que ser enviada para as entidades competentes, e diz que a avaliação da Ata não vai invalidar os votos. Rui Soares questiona o que acontece se eles perderem a Ata onde foi aprovada a moção. Sara Lindo responde que se envia posteriormente e solicita-se uma reunião, ou uma Assembleia Extraordinária. João Pardal refere que também se poderá enviar um extrato, como se tem enviado noutras situações de carácter urgente, para a Câmara Municipal. Elsa Ferreira diz que percebeu claramente o que quis dizer, mas que na altura associou a moção diretamente à Ata, e por isso não tratou do assunto, e provavelmente o Sr. Presidente da Junta fez o mesmo. Dando razão a João Pardal em relação ao assunto que exemplificou, Elsa Ferreira diz que se vai tratar do envio da moção, já na próxima segunda-feira, e ficará com esta dica para situações futuras. Sara Lindo questiona se as outras moções aprovadas anteriormente, se também só foram enviadas após a aprovação das Atas. João Pardal refere que o conteúdo da moção mantém-se inalterável, mas a Ata pode ser alterada. Elsa Ferreira concorda, mas responde que de qualquer das formas tem que ser enviada a votação. João Marques intervém e diz que não esteve presente aquando a aprovação da moção, e tal como as entidades que a iriam receber, se iriam perguntar o que prova que a moção foi apresentada e aprovada, e na sua opinião, um trabalho bem feito é enviar a moção acompanhada de um documento que comprove a sua apresentação e votação, devidamente assinado. João Pardal responde que não num carácter de urgência, pois quem recebe tem que fazer fé da seriedade de quem envia, que neste caso é a Sra. Presidente da Assembleia quem representa o Órgão. E dá o exemplo da



carta enviada por vários colegas da Assembleia, que foi mencionada na última Ata aprovada hoje, e que confirmou com a Presidente o seu envio antes da aprovação da Ata. Elsa Ferreira responde que foi enviada sim, mas que neste caso não carecia de aprovação, uma vez que embora não tivesse tido a participação de todos, todos tiveram conhecimento da mesma, e como ninguém se opôs, não precisava de ir a votação. Reitera a sua concordância com a posição de Sara Lindo e João Pardal, e que realmente foi porque associou a moção à aprovação da Ata, e dirige-se a Sara Lindo dizendo que segunda-feira será enviada. João Marques volta a intervir, e diz que ninguém colocou em causa a função da Sra. Presidente, e sugere que numa próxima vez, até mesmo para facilitar o trabalho de quem o tem, além de se votar o documento a enviar, vota-se também o seu caráter de urgência, responsabilizando assim, todos os Membros da Assembleia, de enviar o documento sem Ata. Elsa Ferreira aceita a sua sugestão e diz que lhe escapou no início apresentar uma moção da parte do Movimento USB, questionando se concordam que a mesma seja apresentada agora. João Pardal questiona sobre qual é o assunto e Elsa Ferreira responde que é uma moção a favor da agregação das Freguesias. João Pardal diz que esta Assembleia se pronunciou sobre esse assunto, aquando da moção apresentada pela coligação CDU, representada por Sara Lindo, e que foi objeto de uma votação por maioria a favor da desagregação, não devendo haver repetições sobre um assunto que já foi aprovado. Elsa Ferreira responde que João Pardal tem dito várias vezes e muito bem, que toda a gente tem o direito à oposição, e por isso, o Movimento USB faz questão de apresentar em Assembleia esta moção a favor da agregação, porque a CDU apresentou uma moção sobre a desagregação com os seus motivos, a qual ela própria e Leónia Forte votaram contra, não transmitindo os seus motivos por escrito à Assembleia, que nos levam a acreditar e a crer na agregação. E por isso, temos todo o direito de apresentar uma moção a favor da agregação, prevendo talvez a mesma votação que ocorreu para a moção apresentada por Sara Lindo. João Pardal responde que os Membros da Assembleia nem são os mesmos, e Elsa Ferreira continua o seu discurso, dizendo que só não vai ser apresentada porque não estamos no ponto de ordem próprio e porque já percebeu que não estão reunidas as condições, e porque embora se saiba à partida qual a sua votação, temos todo o direito de apresentar a nossa vontade e os nossos motivos. Encerrado este assunto, passa ao ponto número três (Apreciação de informação do Presidente da União de Freguesias acerca da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro).

Elsa Ferreira passa a palavra ao Presidente da Junta, e Rui Soares cumprimenta e agradece a presença de todos, dizendo que é bom que as Assembleias sejam cada vez mais assistidas e que passem bem a palavra do que é tratado nas mesmas, pois muitas das vezes, o que se passa nas Assembleias não é bem transmitido lá para fora. Começa então, por dizer que a Junta está de boa saúde e recomenda-se, e começa por dar uma boa notícia à população do Outeiro e de Botão. Diz que há algum tempo atrás fizeram uma reunião no Outeiro com a população, onde pediram a redução da zona *non edificandi*, pois as Infraestruturas de Portugal a dada altura zonaram o local onde iria dar o IC3, num círculo de cerca de 700 metros, e ninguém neste momento pode construir, aprovar ou fazer seja o que for nas casas do Outeiro. A CMC já enviou um ofício, aprovado em reunião de Câmara, para as Infraestruturas de Portugal a solicitar o que foi pedido pela população, até porque há alguns projetos aprovados e que não podem começar as obras porque as Infraestruturas de Portugal não permitem. Informa também que voltámos a participar nos Jogos Sem Fronteiras e agradece a todos os participantes e apoiantes. Diz que se têm feito algumas obras, e que finalmente se colocou *pavet* em frente à casa do Sr. Alcides, em Souselas, fez-se a consignação da obra dos passeios do INEDS até à Marmeleira, que esteve um bocado embrulhada, mas que na próxima segunda-feira se começarão as escavações e que temos vários projetos em aprovação na CMC. Continua, dizendo que a Tuna lhes pediu apoio há já algum tempo e que a Junta já fez as obras necessárias no edifício, e que seguramente nos próximos 40/50 anos não voltará a ser necessário mexer no telhado, que era o mais urgente e o mais preocupante. Diz que esta obra só foi possível com o empenho de toda a gente como a Tuna, a CIMPOR, as empresas que colaboram com a CIMPOR, e que curiosamente não viu lá a Coligação por Coimbra, ficando a faltar ainda alguns retoques, mas que neste momento foi uma boa obra, e eles merecem pelo trabalho que têm prestado à Freguesia, e que nunca se sentiram tão apoiados. Tem-se ajudado a ADS (Associação Desportiva de Souselas), que por sinal foi a primeira Coletividade que nós apoiámos, em que fizemos uma Assembleia Extraordinária e o apoio foi digamos que moral, pois não foi necessário entrar com dinheiro, mas deu descanso aos Diretores, e desde o início que diz que a Freguesia é rica pelas Coletividades que tem, e temos Coletividades muito importantes, não é só uma ou duas, nem umas mais importantes que outras e que prestam um ótimo serviço à Freguesia. Diz que ficou contente com a

afineiu
f

apresentação da ADS, tendo cento e tal atletas, estando o campo a ser utilizado a 100%, o que é de salutar. Fez-se uma manutenção no relvado sintético, que estava a precisar, e como há pouco tempo andavam preocupados por a bomba não funcionar, a Junta comparticipou uma bomba nova. A Junta tem ajudado todas as Coletividades que solicitam apoio, e estará sempre de porta aberta a todas sem exceção, preocupando-se por vezes em ligar para saber se precisam de alguma coisa, pois sempre que se faz alguma coisa nas e pelas Coletividades, estamos a engrandecer a Freguesia, sendo esse o nosso propósito. Diz também, que se fizeram mais melhoramentos nos caminhos agrícolas e florestais e que quem andou a vindimar ou foi às florestas percebeu isso, e que o Eng. Serra Constantino, da Proteção Civil, teve oportunidade de vir à nossa Freguesia e deu-nos os parabéns porque realmente somos a única Freguesia que se preocupa e que investe nos caminhos agrícolas, e que com isto melhoramos a segurança das pessoas que os utilizam, e é mais uma situação que nunca se tinha feito, estando cá para sermos mesmo diferentes. Informa que em relação ao INEDS têm estado atentos às várias situações, sendo a última situação o facto da CMC não estar a comparticipar o pagamento dos passes dos alunos do 5º, 7º e 10º ano. E em consonância com o Diretor do INEDS, Dr. Manuel, já se enviaram ofícios para que essa situação seja revertida e reconsiderada. Informa também, que se têm feito melhoramentos nas escolas e jardins-de-infância, nomeadamente no jardim-de-infância de Souselas, que ao fim de muitos anos a gastar muito dinheiro a encerar, se raspou o pavimento e se colocou verniz, tendo pena deste ano só lá terem unicamente seis ou oito crianças, sendo por isto que temos que engrandecer a Freguesia, para puxarmos cada vez mais gente para cá, pois a isso não acontecer, corremos o sério risco de fechar tudo. Fala do convívio dos idosos no Cabeço dos Moinhos, na Marmeleira e que foi mais um sucesso, havendo muita gente que não conhecia aquele espaço e tendo ficado encantados, e agradece toda a ajuda que o CSM (Centro Social de Marmeleira) deu nesse convívio. Informa que a CMC já adjudicou à Prioridade, pensando estar para breve, o alcatroamento da estrada em frente à CIMPOR, de Souselas até ao IP3, de Souselas até Botão, que quase de dois em dois meses se tem que tapar buracos por causa da água que passa por baixo, e de Larçã até à Mata de S. Pedro. E por fim, informa que em termos financeiros temos as contas organizadas e que dá para ajudar as Coletividades, e que em relação às limpezas, dá jeito a algumas pessoas dizerem que há muitas ervas, e em resposta a isso, vem até a negrito no Jornal da Freguesia, que nós não gastamos dinheiro com herbicidas e a preocupação não é de paleio, mas sim na atitude, pois quando se espalha herbicida, mesmo que seja ecológico, num passeio ou numa valeta, em pouco tempo está nas linhas de água, e depois queixam-se que têm glicofosatos nas linhas de água, e é por isso que não gastamos herbicidas. Em termos de pessoal diz que foi outra herança complicada com que ficámos, mas que com ele ou andam, ou desandam, e que têm que trabalhar, de modo que o mais ecológico é a enxada e a roçadeira. E alerta para que quando as ervas crescerem, que avisem a Junta que depois se irá lá cortá-las, existindo os registos de limpeza de três e quatro vezes por ano. João Pardal pede a palavra e começa por dizer que louva o trabalho que foi feito na Tuna, afirmando que foi excelente e que o que é bom é para se dizer, mas que o comentário dirigido à Coligação por Coimbra foi de muito mau gosto, pois a mesma Coligação por Coimbra e no Executivo que presidiu, juntamente com Fernando Morais e Jorge Pratas, foi o mesmo Executivo que resolveu o problema da Sede da Tuna com a Câmara Municipal. E resolveu-o de forma definitiva, porque de facto não tinham nenhum documento da Câmara da utilização do espaço, e tem o prazer de dizer que fizeram o que tinham que fazer e ainda bem para a Tuna, e que lhes tocou também o apoio, não em obras, mas com o que fizeram. Além disso, as pessoas que lá participaram, participaram por vontade, porque aquilo não é nenhum comício, nem nenhuma manifestação política, para lá ir a Coligação por Coimbra, porque de facto a Tuna merece respeito, tanto de nós como dos outros representantes políticos da Freguesia. Quanto ao organismo político e partidário, acha que foi uma boca que caiu muito mal, mas o João Pardal que até é da Coligação por Coimbra, e do qual os filhos fazem parte da escola de música da Tuna, não podendo estar e explicou à Tuna porque não podia estar, tendo estado lá a família toda a trabalhar, como cidadãos e como amigos da própria Tuna e associados também. E termina deixando claro, que elogia o trabalho que lá está e de todos os que lá participaram.

Elsa Ferreira questiona se há mais alguma consideração a fazer sobre as informações do Senhor Presidente e não havendo, Rui Soares pede de novo a palavra e diz que João Pardal dá uma no cravo e outra na ferradura, pois a Tuna merece todo o respeito naturalmente, assim como todas as outras Instituições da Freguesia, mas as Igrejas também merecem. E só mencionou a falta de comparência da Coligação por Coimbra, porque se lembra do aparato que a Coligação fez em relação à Igreja de Botão. Pois ficaram tão preocupados em não participarem numa reunião e quando é preciso "vergar a mola", não aparecem. E

pede a João Pardal para retificar isso com atitude e não com paleio, porque como está escrito em Ata, ficaram tão sensibilizados por não lhes ter chegada a informação da reunião, mas quanto à Tuna, a informação foi divulgada e não apareceram, e só fez esse reparo por se ter lembrado da Igreja de Botão. João Pardal diz que vai fazer a pergunta que Fernando Morais fez, a cada membro do Executivo, e Elsa Ferreira diz que não há diálogo. João Pardal questiona, então, se o Senhor Presidente recebeu algum ofício, (ou viu ou leu) enviado pela Igreja de Botão. Rui Soares, indignado com a repetição da pergunta, responde que já disse que não. João Pardal dirige-se ao Tesoureiro, que responde que não e a Sérgio Madeira, perguntando se o Senhor Secretário tem conhecimento de ter visto dentro da Junta algum ofício referente a isso, o qual responde que carta registada e recebida na Junta, não. Gerando-se algum burburinho na mesa, Elsa Ferreira repete mais que uma vez que não há diálogo e diz que esse assunto termina aqui, uma vez que já foi mais do que debatido e que já estão as posições demonstradas, sendo também às vezes necessário. Volta a questionar se há mais considerações a fazer às informações do Senhor Presidente e não havendo mais ninguém a pedir palavra, passa-se ao ponto quatro (Apreciação e deliberação da Primeira Revisão Orçamental 2016). Elsa Ferreira confirma se todos os Membros receberam a Revisão Orçamental, e pergunta a Rui Soares se pretende passar à sua explicação. Rui Soares começa por dizer que esta Revisão tem a ver com a atualização do Orçamento de Estado em que vamos receber mais 1.032,00€ (mil e trinta e dois euros), do Fundo de Financiamento de Freguesias, e que também tem a ver com o Saldo de Gerência e com o dinheiro que recebemos do IMI, no valor de quatorze mil, quinhentos e qualquer coisa euros, que o Sr. Presidente da Câmara distribuiu equitativamente por todas as Freguesias, que independentemente destas terem direito a mais ou menos IMI, ele distribuiu 1%. Explica que nós teríamos direito a 1.000,00€ (mil euros), talvez, e para dar um exemplo, Santo António dos Olivais recebia alguns 100.000,00€ (cem mil euros) ou uns 500.000,00€ (quinhentos mil euros), tendo optado por dividir equitativamente o valor por todas as Freguesias. Diz que resumidamente é isto, em que reforçamos algumas rubricas e chama a atenção para que este documento é previsional e que poderá sofrer algumas alterações durante o ano, sendo esta a primeira que estamos a fazer, mas que é fácil de explicar.

João Pardal pede a palavra e diz que naturalmente as Revisões Orçamentais são um processo que tem que ser feito, e nós sendo deputados a favor das Revisões Orçamentais, tem que ser feito. E sobre esta em concreto, que está muito bem explicada, e que portanto não será por aí, mas será sim, uma questão de natureza formal e administrativa, pois ficámos sem saber quando é que foi aprovada, pois como não vem a acompanhar a aprovação da ordem do Executivo, ou seja da Junta de Freguesia de quando foi aprovado nomeadamente em reunião, questiona se o Executivo todo, ou seja os Membros do Executivo, como sendo o Sr. Presidente, o Tesoureiro e o Secretário, participaram todos nesta votação, e se foi numa reunião formal em que todos foram convocados para participar. Sérgio Madeira intervém sem pedir autorização e diz que o Secretário não participou. Elsa Ferreira chama a atenção, e diz que hoje estão todos com uma ânsia, esclarecendo as questões colocadas por João Pardal, dizendo que segundo o que percebeu, são duas questões. Uma para saber a data de aprovação e a outra para saber quem participou nesta votação. João Pardal diz que pretende saber se foram formalmente convocados. Elsa Ferreira passa a palavra ao Sr. Presidente, e Rui Soares diz que na próxima Assembleia pode trazer a Ata em que foi aprovada, mas respondendo e sendo conciso, porque sabe onde quer chegar com esta questão, responde que todas as segundas-feiras, depois do horário de expediente e como está definido desde o início em Ata, temos reuniões. Acrescenta que quando há quórum há reunião e quando não há quórum não há reunião, referindo ainda que o Secretário tem faltado a todas ultimamente. Elsa Ferreira questiona então pela data de aprovação e Rui Soares responde que diz na próxima Assembleia, e que traz a Ata com isso tudo. Sérgio Madeira pede permissão para falar e imediatamente Rui Soares responde que não pode falar. Sérgio Madeira diz que é em defesa da sua honra, e Elsa Ferreira intervém dizendo que ela é que sabe se fala, ou não. Elsa Ferreira dirige-se a João Pardal e diz-lhe que o Sr. Presidente lhe fará chegar as respostas concretas às suas questões. Diz também que não estamos aqui a tratar de faltas ou do que quer que seja e portanto vamos avançar e questiona se há mais alguma questão acerca deste ponto que estamos a tratar, que é a Revisão Orçamental. João Pardal diz que a questão é que o Secretário acabou de dizer que de facto não participou e acha que convém esclarecer porque é que não participou. Pois o Presidente diz que há reuniões todas as segundas-feiras. Elsa Ferreira esclarece de novo, que o ponto que estamos a discutir é a Revisão Orçamental, e foi colocada uma questão sobre quem é que esteve na reunião e em que data é que foi aprovada esta Revisão Orçamental. Já sabemos que a data vai ser oportunamente esclarecida e que esta informação vai ser enviada, e que quem esteve na reunião, já percebemos que foi só o Sr. Presidente e o

afueira
f

Tesoureiro. E diz que não vai levantar grandes questões sobre outras discussões que não têm a ver com este ponto, questionando se podemos passar à votação da Revisão Orçamental. Sérgio Madeira volta a solicitar que o deixe esclarecer. Elsa Ferreira responde para ser breve e o Secretário agradece e passa a explicar que assim que foi exonerado e recebeu o comunicado do Sr. Presidente a dizer que lhe retirava todos os pelouros e funções, e a propósito do atendimento ao público... Elsa Ferreira interrompe dizendo que não estamos a falar do atendimento ao público, e Sérgio Madeira diz que é para enquadrar a situação. Elsa Ferreira reforça que estamos a falar da presença na votação da Revisão Orçamental e não do atendimento ao público, e pede ao Secretário que seja direto. Sérgio Madeira diz então que questionou o Presidente no dia 15 de Julho de 2016, para o informar da hora certa das reuniões do Executivo e não obteve resposta, como decorre da lei, alínea 2 do número 75/2013. Elsa Ferreira pergunta a João Pardal se está esclarecido e questiona se há mais alguma consideração a fazer em relação a este ponto. Regina Fernandes pergunta então a Sérgio Madeira, se não lhe enviaram uma convocatória para esta reunião do Executivo. Sérgio Madeira questiona qual reunião do Executivo, e Regina diz que se refere a esta da aprovação da Revisão Orçamental. Sérgio Madeira responde que não. Regina Fernandes volta a questionar se não lhe enviaram nenhuma convocatória. Gerando-se algum burburinho na Mesa, Elsa Ferreira repõe a ordem e questiona Regina Fernandes se está esclarecida, ao qual responde que sim, e pergunta de novo se podemos avançar para a votação, resultando em um voto contra de João Pardal, justificando-se pelo facto do Secretário não ter sido convocado para a reunião do Executivo, em que esta Revisão foi aprovada, uma abstenção de Sara Lindo e sete votos a favor. Elsa Ferreira encerra este ponto passando para o ponto seguinte (Apreciação e deliberação de novo brasão da União de Freguesias, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses), e passa a palavra ao Sr. Presidente. Rui Soares começa por dizer, que como sabem, o nosso objetivo era unir, e as nossas Freguesias estão unidas e não vai estar à espera que se retroceda nesta decisão, sendo que para ele o caminho é para a frente, em que raramente acontece o retrocesso. De modo que, se tratou de propor à Comissão de Heráldica, ou melhor, tratou-se de pedir às Coletividades para nos ajudarem a elaborar um novo brasão para a União das Freguesias, em que participaram 11, e quem ganhou foi o Alhastro Clube TT, tendo sido a sua votação nas Tasquinhas 2015. E foi precisamente este símbolo que propusemos à Comissão de Heráldica. Agradece a participação do Alhastro Clube TT e a todos os que participaram neste processo. Continua, dizendo que entretanto este símbolo foi enviado com uma memória descritiva devidamente elaborada pelo Dr. Quinteira, e responderam-nos com um parecer, onde dizia que havia algumas alterações a se fazer, resultando neste outro símbolo que foi aprovado por eles. Rui Soares passa o símbolo aprovado para os Membros verem, dizendo que há uma série de requisitos a cumprir, resultando neste símbolo, que acha um pouco monótono pela cor de fundo, e dizendo que na sua opinião ficaria melhor em amarelo. Elsa Ferreira questiona se houve troca de correspondência, e Rui Soares responde que foram trocados vários e-mails. A Mesa manifesta-se, e Elsa Ferreira pede calma, dizendo que está muito burburinho. Rui Soares refere que a proposta da Junta de Freguesia foi o símbolo que ganhou nas Tasquinhas, mas que com as alterações necessárias, resultou no que foi passado para a Mesa e foi este que foi aprovado pela Comissão de Heráldica, trazendo-o agora à Assembleia de Freguesia para a sua votação. Sara Lindo pede a palavra e diz que acha que é um contra-senso estar a aprovar agora um brasão de uma situação que foi aprovada na Assembleia anterior, ou seja, da moção apresentada para desagregar as Freguesias. Diz que o Executivo da Junta, nada fez para que isto avançasse. Afirma que a moção não foi enviada e questiona a Presidente da Assembleia se houve agora reforço do Sr. Presidente. Diz também que acabou de ouvir o Sr. Presidente dizer que não vai estar à espera de qualquer decisão de retrocesso na União de Freguesias, e questiona se vamos agora aprovar um brasão, estando a situação da moção pendente. João Marques intervém e diz que pelo que sabe, não há nada em concreto a dizer que as Freguesias se vão desagregar, e que qualquer uma das Freguesias tem o seu próprio brasão, e a União das Freguesias não tem, e se por acaso este Governo, ou outro, voltar com a ideia de desagregar as Freguesias, então cada uma fica com o seu brasão atual, e se continuar com a ideia de manter a União de Freguesias, não temos brasão, e diz que não entende qual a confusão de se ter um brasão para as duas, porque uma vez aprovado, fica-se com

Sumário
+

o trabalho feito, para qualquer uma das situações. João Pardal pede a palavra, e gerando-se algumas trocas de palavras entre o mesmo e o Presidente, a Presidente da Assembleia acaba por dizer que não tarda é ela quem sai. João Pardal continua o seu discurso, dizendo que cada um tem direito à sua opinião, mas que quando foram criados, bem como a legislação que levou à Reforma Administrativa, lá está escrito que as Freguesias onde houve agregações não são obrigadas a ter o novo brasão e que podem e devem manter os símbolos heráldicos de que são possuidores. Diz também que a primeira questão é que não há nenhuma necessidade em concreto de se criar um novo brasão, e a segunda questão, é que as duas Freguesias têm os símbolos heráldicos, que hoje são utilizados pela União das Freguesias e representam a sua identidade histórica, cultural e político administrativa. E essa mesma identidade, que com este formato fez cem anos, sendo dantes Juntas de Paróquia, não pode ser apagado, também por uma questão de respeito por duas Freguesias que não pediram para estarem agregadas, mas que lhes impuseram isso. E independentemente do trabalho e do esforço que a Junta teve, e de continuar a achar que se devem manter os dois símbolos, a sua opinião é que até se identifica com o primeiro símbolo apresentado pelo Sr. Presidente, mas não se identifica em nada com o que foi aprovado pela Comissão de Heráldica. Refere que a parte mais simbólica da antiga Freguesia de Botão, que são as torres, ainda estão expressas, a cruz de Santiago, que representa a Freguesia de Souselas, perde-se no novo símbolo apresentado, a estrutura mural, que tem a ver com a história, e com o facto de ser Vila, desaparece, e ainda no de Botão, verifica que uma das suas atividades agrícolas, que é a vinha, no novo símbolo não a consegue descobrir. Vê uma planta que não sabe se é um cereal, e com todo o respeito por quem avaliou o novo símbolo e admitindo que a Junta não tem responsabilidade neste aspeto, não se identifica com o mesmo, e reforça a ideia de que existindo uma moção pela desagregação das Freguesias apresentada por outra força política não faz sentido acabar com os símbolos existentes, aparecendo outro novo. Elsa Ferreira questiona se mais alguém pretende tecer mais alguma consideração e Leónia Forte intervém, dizendo que não entende qual o problema em relação a este brasão e de todas as questões levantadas na Mesa, pois se os Membros da Mesa o aceitam como está, votam a favor, se não aceitam, não votam a favor, ou abstém-se. Elsa Ferreira, pedindo para a esclarecer se estiver errada, diz que nos parece que não está em causa o parecer da Heráldica que aprovou o brasão proposto à Mesa, e questiona se alguém precisa de o ler. Florentino Vieira diz que se são as regras deles, temos que as respeitar, e Elsa Ferreira diz que a sua questão vai um bocadinho mais longe, e diz que o Regimento da Assembleia de Freguesia, no artigo 4, ponto nº1, alínea p, diz que a Assembleia de Freguesia deverá *"Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras da Freguesia e das suas localidades e povoações e proceder à sua publicação no Diário da República"*, e sendo assim, segundo uma proposta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia a nós, só nos cabe votar essa mesma proposta de um novo símbolo. Diz também, que pode até concordar com tudo o que foi dito, mas que agora está nas nossas mãos votar, e é esta votação que vai decidir isto tudo, independentemente do símbolo ser aprovado ou não, ou da moção que foi aprovada e que todos sabemos qual foi a sua votação. Questiona de novo se alguém necessita de ler o parecer, e João Pardal diz que sim, para perceber qual foi o fundamento. Leónia Forte passa então a ler o parecer da Heráldica, que será anexada a esta Ata. Rui Soares apercebe-se de que o que foi lido não é o parecer, e diz que não o tem de momento presente, mas informa que estas foram as regras que tiveram que seguir para a elaboração do símbolo, enviando-lhes a memória descritiva. Sara Lindo questiona se eles não contestaram e Rui Soares responde que sim, em relação ao primeiro símbolo a ser enviado, enviando posteriormente à Junta uma sugestão da Freguesia de Azóia de Cima como exemplo. Rui Soares refere também que enviaram posteriormente a justificação das alterações que fizeram ao símbolo inicialmente proposto. João Pardal diz que tem uma questão, salvaguardando-se antecipadamente por não ter conhecimento de toda a documentação sobre este assunto,

começa por dizer que os símbolos têm uma hierarquia, havendo Freguesias que têm só três torres e outras quatro, como o caso do de Souselas por se ter elevado a Vila, e por ter Sede de Freguesia estabelecida em Souselas por publicação, e que neste caso se sobrepõe a qualquer outro que possa existir na Freguesia. Desta forma, e estando na dúvida, questiona se por estes motivos, o símbolo de Souselas poderá ser anulado. Elsa Ferreira, responde que decerto que tiveram todas estas considerações em conta na avaliação do novo brasão. João Pardal responde que depende se foram bem ou mal informados e Rui Soares informa que a memória descritiva foi feita pelo Dr. Quinteira, que é Historiador e Arqueólogo, sugerindo que poderá enviar a documentação à Presidente da Assembleia, que depois fará chegar aos restantes Membros para terem conhecimento, e volta a referir todos os passos que foram dados até se chegar a um consenso com a Comissão de Heráldica. Elsa Ferreira diz que a questão de João Pardal é pertinente, embora volte a referir que a Comissão de Heráldica deva ter tido em conta todas estas questões, mas que em todo o caso, temos que votar o símbolo que nos foi hoje proposto. Começam a surgir dúvidas sobre o que cada símbolo no brasão significa e Elsa Ferreira sugere suspender-se a sessão por dois minutos.

Após a suspensão, Elsa Ferreira retoma a questão colocada por Sara Lindo, sobre o significado de cada símbolo do brasão e Rui Soares procura nos e-mails trocados entre a Comissão de Heráldica e Arqueólogos a informação que foi enviada e recebida (que será anexada a esta Ata, para melhor esclarecimento), dando uma breve explicação de como se seguiram os procedimentos até chegar ao símbolo apresentado. Chega-se então à sua votação, resultando em oito votos contra e uma abstenção de Florentino Vieira.

Não havendo mais esclarecimentos neste ponto, passa-se ao ponto seguinte (Apreciação e deliberação sobre assuntos relacionados com bens património da União de Freguesias, propostos pelo Presidente da União de Freguesias) e Elsa Ferreira passa a palavra ao Sr. Presidente, que expõe todos os assuntos a tratar neste ponto. Sendo o primeiro assunto acerca das monografias (cerca de 800 de Botão e 300 e tal de Souselas), começa por dizer que a pretensão do Executivo é distribuir a maior parte delas equitativamente pelas Coletividades da Freguesia, ficando com cerca de 50 de cada para a Junta, para que se possam vender, talvez a dez euros cada uma, a fim de realizarem algum dinheiro, e mais importante que isso, as poderem divulgar em toda a Freguesia. Passa ao seguinte assunto, dizendo que como todos sabem, o relacionamento desta Junta com a Cimpor tem sido muito próximo, a qual tem ajudado bastante, e como exemplo disso, neste momento a Junta tem 1368 sacos de cimento, que serão doados à Tuna Souselense, para as suas obras, uma vez que, segundo o contabilista, os sacos não se podem vender por terem sido doados à Junta, resolvendo-se assim a questão da utilização dos sacos. Outra questão a ser abordada, prende-se com o Espaço Cultural da União de Freguesias de Souselas e Botão, assunto este que já foi abordado há uns tempos atrás, quando alguém terá falado em se fazer um Museu Etnográfico, aproveitando-se desta forma este novo espaço para isso e fazer outro tipo de eventos, como exposições de fotografia ou pintura, bem como o Presépio que irá avançar também. Rui Soares diz que após visitar este espaço, falou com o dono, Dr. Parente, tendo ambos chegado a um acordo, e tendo resultado no contrato que trás à Assembleia para a sua aprovação, ou no mínimo pedir a sua opinião, sendo uma das condições, utilizar o espaço durante um ano sem se pagar qualquer tipo de renda, fazendo as obras necessárias entretanto, e se houver viabilidade no final do ano, comprar-se por 80 mil euros, e não havendo essa viabilidade, passaremos a pagar uma renda de 500 euros por mês, até se poder comprar. João Pardal pede a palavra e diz que não se vai alongar em falar sobre o Espaço Cultural, pois compete à Casa do Povo de Souselas falar sobre o assunto por direito, aconselhando que este assunto não fosse votado por prudência, uma vez que a Casa do Povo esteve no processo deste espaço, como museu, e não sabe se a Instituição foi "ouvida ou achada" para se tomar esta decisão, até porque, a primeira visita ao espaço foi através da Casa do Povo. Elsa Ferreira questiona Rui Soares, e pergunta-lhe se tem conhecimento deste processo. Rui Soares responde, dizendo que como havia dito há pouco, foi criada uma comissão, em que faziam parte alguns elementos da Casa do Povo, mas que a dada altura, por vontade de alguns não houve evolução neste processo, acreditando que seja para que esta aquisição e obra não se concretizem no seu mandato. Afirma também, que a Casa do Povo, é a Casa do Povo, e não o João Pardal ou outra pessoa qualquer. E embora tenha falado sobre este assunto com o Filipe (Presidente da Casa do Povo), acredita que alguém queira "pôr pau na roda" para que as coisas não funcionem, havendo esta oportunidade de termos o nosso Espaço Cultural e podendo ter o Museu

ferreira

Etnográfico, ou não. Diz que, não pretende ficar dependente da Casa do Povo, mas que obviamente serão todos convidados. João Pardal diz que deverá dizer isto então à Casa do Povo, e Rui Soares responde, dizendo que o dirá com frontalidade, porque não é pessoa de andar a falar pelas costas, e até porque já falou com o Presidente, como já havia dito anteriormente. Além de que a Casa do Povo é uma Instituição que acarinha e que quer o melhor para eles. Elsa Ferreira pede para concretizar o que Rui Soares falou com o Filipe, e este responde que lhe disse que a questão do museu é para avançar agora, tendo o Filipe concordado, havendo ainda alguns pormenores a serem afinados. João Pardal pergunta a Rui Soares quando é que foi essa conversa. Rui Soares diz que a Junta de Freguesia é que lidera e é quem tem o dinheiro, e foi ele quem ganhou as eleições. João Pardal volta a questionar quando é que foi essa conversa, e Elsa Ferreira interrompe, dizendo que há uma questão que não está a entender e pretende ser esclarecida. João Pardal responde que não falará mais sobre o assunto, pois já o expôs e para ele este assunto termina aqui. Elsa Ferreira diz que não termina aqui, porque tem uma pergunta a fazer-lhe, pois tem que decidir o que fazer em relação a este assunto. E dirigindo-se a João Pardal, questiona-o sobre o porquê de termos que ouvir a Casa do Povo sobre este assunto., porque não tem conhecimento do processo. João Pardal responde, dizendo que a Casa do Povo esteve no início do processo. Elsa Ferreira questiona se a Casa do Povo esteve no início do processo da Casa da Cultura. João Pardal diz que aconselha que haja uma reunião com a Casa do Povo para se esclarecer este assunto, pois o Sr. Presidente diz que falou com o Filipe, mas ele próprio tem uma informação diferente. Olga Monteiro pede a palavra e pergunta se esta é uma situação que obrigatoriamente tem que ser votada pela Mesa de Assembleia. Elsa Ferreira responde, dizendo que é aí que pretende chegar e lê o que o Regimento diz, no Artigo 4, número 2: *"Compete ainda à Assembleia de Freguesia aceitar doações, legados e heranças a benefício do inventário. Estabelecer as normas gerais da administração do património da Freguesia ou sob a sua jurisdição. (...) Autorizar a Junta de Freguesia a contrair empréstimos e a proceder a aberturas de crédito, não sendo bem este o caso. (...) Autorizar a aquisição e alienação ou a agregação de bens imóveis de valor superior ao limite fixado para a Junta."* E ainda na alínea k diz *"Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a Freguesia."* Elsa Ferreira diz que o regimento não diz claramente que nos temos que pronunciar sobre estas questões, embora diga que devemos ter uma ação fiscalizadora e de acompanhamento, e coloca à consideração da Mesa esta votação, além de que se o Presidente coloca esta questão à nossa consideração, na sua opinião, podemos votar. João Marques questiona se o contrato de arrendamento que está para ser assinado tem termo. Elsa Ferreira interrompe, e diz que essa questão será tratada mais à frente, caso a Mesa concorde em se deliberar sobre este assunto, e neste momento é o que pretende saber em termos gerais. João Marques responde dizendo que também é essa a sua opinião, mas que o que pretende dizer é que se o contrato extravasar o limite do mandato, a Assembleia deve votar, e se o contrato tiver um termo a qualquer momento e que não vincule o posterior mandato, o Executivo tem capacidade para o poder assinar. Elsa Ferreira diz que a sua questão não é essa, uma vez que o regimento não é claro e o Presidente pediu a nossa opinião sobre esta proposta. E que mesmo que o Executivo não necessite da nossa deliberação, questiona se avançamos para a votação desta proposta, ou não. João Pardal diz que a nossa deliberação não vale de nada, pois se estiver dentro das competências do Executivo não se deve votar, além de que é uma proposta do Presidente e não do Executivo, e volta a questionar quem esteve presente na reunião do Executivo, em que falaram sobre este assunto. Rui Soares responde que é uma proposta do Executivo. Elsa Ferreira diz que ela é que escreveu mal, uma vez que a proposta lhe foi apresentada pelo Presidente e planificando a questão, pergunta se os colegas da Mesa lhe sabem responder se esta é uma competência da Assembleia, ou não, ou se o Executivo pode deliberar livremente sobre isto. Após várias trocas de ideias, a Presidente da Assembleia suspende este ponto para ser tratado mais tarde, uma vez que não estamos em condições de decidir, e solicita ajuda à Mesa para que a ajudem a clarificar esta situação. Terminado este ponto, passa-se ao ponto número sete (Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão). Rui Soares interrompe entretanto, dizendo que falta tratar do assunto das Monografias. Elsa Ferreira responde que para ela, ficam suspensos os restantes assuntos a tratar no ponto seis, questionando se a Mesa tem condições para votar a distribuição de Monografias pelas Coletividades. Rui Soares responde que sim, uma vez que é Património da Junta. João Marques intervém e diz que se é uma doação, que isto está explícito no Regimento. Elsa Ferreira corrige, dizendo que o que está escrito no Regimento é que *"Compete ainda à Assembleia de Freguesia aceitar doações, legados e heranças..."* e não doar, de modo que leu várias vezes o Regimento sem conseguir clarificar também esta situação. Gerando-se algumas questões

ferreira

na Mesa, Elsa Ferreira volta a ler as passagens do Regimento que leu anteriormente, e questiona se a Mesa pretende votar a doação das Monografias, mesmo não estando clarificada. As opiniões divergem e Rui Soares pede a palavra, perguntando à Mesa se é necessário esperar mais uns três meses, para se poder deliberar sobre este assunto, e se os Membros da Assembleia não estão ali para ajudar as Coletividades, podendo perder esta oportunidade de se fazer o Museu também, pois neste momento existe um Executivo que está disposto a ajudar todas as Coletividades sem exceção. Olga Monteiro pede a palavra e diz que na sua opinião, o Executivo não tinha que trazer à Assembleia a votação sobre a doação dos sacos de cimento e das monografias. Elsa Ferreira responde, dizendo que se pedem a nossa opinião, nós votamos e assim a nossa opinião fica expressa. Fernando Morais intervém, dizendo que já que se está a falar na Cimpor e que são nossos amigos, crendo que sim, pergunta se podemos saber quantos sacos de cimento já ofereceram à Junta até agora. Rui Soares responde que foram oferecidos 1368 sacos de cimento até agora. Fernando Morais questiona se foram empregues em obras. Rui Soares responde que alguns sim e Elsa Ferreira intervém também, dizendo que estes 1368 sacos vão ser doados à Tuna. Rui Soares diz que em tempos pensou-se em trocar os sacos de cimento por dinheiro, mas que o contabilista disse agora que isso não se pode fazer, e por esse motivo se vão doar os sacos, pois a Tuna poderá fazer o que entender com eles. Elsa Ferreira diz então, que vamos dar a nossa opinião, pois os dois primeiros pontos parecem-lhe pacíficos e vamos votá-los, ficando por votar o último, pois pretende clarificar a intervenção ou não da Casa do Povo neste processo. Esclarece então a proposta do Executivo quanto às monografias, sendo sua intenção doar parte das mesmas às Coletividades da União de Freguesias, para que estas possam tirar proveito disso para si e assim ajudar a divulgá-las, ficando a Junta de Freguesia com cerca de 50 de cada. Fernando Morais questiona se serão doadas por igual, e Rui Soares diz que sim, pois para este Executivo não há Coletividades mais importantes que outras. Passa-se então à votação dos dois primeiros pontos, da qual resultou uma votação favorável por unanimidade para a doação das monografias às Coletividades e oito votos a favor e uma abstenção de Sara Lindo, para a doação dos 1368 sacos de cimentos à Tuna Souselense para as suas obras. Sara Lindo responde que acha que como é uma doação para nós, que devíamos confirmar se efetivamente podemos deliberar sobre este assunto. Elsa Ferreira responde, dizendo que nós podemos sempre deliberar, pois a questão é saber se a Junta precisa da nossa deliberação ou não, para decidir sobre estes assuntos, ficando assim a nossa opinião já expressa, caso necessite. A Presidente da Mesa diz que fica por votar o último ponto sobre a aquisição do imóvel para o Espaço Cultural, uma vez que existem situações a serem clarificadas, assim como a existência de um contrato redigido que não temos conhecimento do seu conteúdo, embora possa ser realmente uma boa oportunidade, e como para o ano podermos já não estar nestas posições, prefere não deixar legados pesados a quem vier. Passa-se agora sim, ao último ponto, intervenção do público, e Elsa Ferreira questiona quantas intervenções serão, para podermos gerir melhor o tempo, uma vez que o tempo estipulado para a Intervenção do Público pelo Regimento, é de 30 minutos, sendo o primeiro pedido de intervenção, um grupo de Senhoras do Outeiro do Botão, a seguir o Senhor Fausto Soares, depois a Senhora Conceição Ferreira e por último o Senhor Fausto Rodrigues.

Tendo a palavra a Senhora Arménia do Outeiro, diz que esta localidade é a única da Freguesia que não tem um espaço para se poderem reunir e fazer arrumações, e tudo o que têm, está na Capela. Refere que existe lá um espaço que pertence à Junta de Freguesia que se podia aproveitar para fazer dele um local para as suas arrumações, e que estão a aguardar que a Junta de Freguesia faça alguma coisa nesse sentido. Refere também que o fontenário foi arranjado, mas que se esqueceram de lá colocar uma torneira. Por fim, dá a sua opinião sobre a Casa do Povo de Souselas, dizendo que esta não tem nada a ver com o que a União de Freguesias pretende fazer com o Museu, pois a Casa do Povo de Souselas é uma coisa e o Museu da União de Freguesias é outra. Rui Soares clarifica que já perceberam que estão cá é para ajudar, pois aquando da festa, a Junta disponibilizou-se para ajudar no que fosse necessário, desde palcos e coberturas, e que aliás, num dos dias andavam preocupadas para limpar o teto da Capela, e no dia a seguir mandou lá um pintor, para o pintar, merecendo ser um espaço digno. Além de que já lhe havia dito, que irão ajudar na recuperação do exterior, até porque é a sua área, e vão pedir orçamentos para isso, e que em conjunto com o Povo, temos que fomentar a união e não a desunião. Refere que na próxima edição do Jornal da Freguesia vai sair um artigo sobre os Fontenários da Freguesia, levantamento feito por uma Engenheira, sendo que o propósito do Executivo é colocar água em todos os Fontenários. E em relação ao Museu, dá razão à Senhora Arménia, pois o apoio da Junta às Coletividades não passa só pelo apoio financeiro, sendo também muito importante o apoio moral e motivacional. Dá exemplo disso, a preocupação do Filipe da Casa do Povo quanto a estarem a ficar sem pares para o Rancho, e uma vez que tem mais conhecimentos, pediu-lhe ajuda

Quina

nesse sentido, tendo o próprio lá ido fazer também um ensaio, deixando algum alento a alguns dos membros que queriam sair e já não saíram. Desta forma, a Casa do Povo, se quiser crescer também tem que pensar na União das Freguesias e obviamente que se quiserem e devem colaborar com a Junta em relação ao Museu, eles têm o maior espólio etnográfico da Freguesia, mas precisam dos outros também, pois não têm tudo e não são únicos na Freguesia. Informa também, que o espaço onde se pretende avançar para o Espaço Cultural foi a casa de um dos primeiros Presidentes de Junta de Souselas, o Senhor Barreto, podendo dar assim, um fim mais nobre a esta edificação. Quanto ao espaço no Outeiro, existe um eucaliptal, que a seu tempo e após se esclarecer algumas situações, se venderão os eucaliptos, e o valor ou será para arranjar e melhorar o outro espaço existente, ou então para arranjar a capela.

Esclarecida esta questão, Elsa Ferreira passa a palavra ao Senhor Fausto Soares, que começa por dizer que esta Assembleia já vai longa e que como tem acompanhado de perto as últimas Assembleias, alerta para o facto de existirem pessoas que vêm para aqui dizer que não estão preparadas para tratar de alguns assuntos, e depois vão para a rua dizer que a Presidente da Assembleia é que não se prepara devidamente, e afirma que estas pessoas são maldosas e têm duas caras, uma vez que nas Assembleias dizem uma coisa, e depois na rua já dizem outra. E que no caso da Fonsofil, que já teve a informação por parte da Presidente que já estava resolvido, já respondeu a quem lhe perguntou que estava resolvido, embora lhe tenha dito também, que este assunto já podia ter sido resolvido há muito tempo pelo antigo Presidente de Junta, o que não aconteceu, e tem visto que há muita gente na Mesa contra o Executivo, mas que o alvo a abater é o Rui, pois ainda existe mágoa por terem perdido as eleições e termina, dizendo que o Executivo tem força para deliberar sobre muitas situações, nomeadamente a situação do Museu, e que o Executivo não tem nada que pedir opinião à Casa do Povo de Souselas, pois o Museu será da Freguesia, e não só da Casa do Povo, ou de outras Instituições. Além disso, é sempre o mesmo a falar e a dar instruções por toques e a cochichar, devendo tratar-se dos assuntos como uma família, olhando-se nos olhos e de cabeça erguida, embora sendo de outros partidos. Fernando Morais pergunta se não se pode e que isto é política. Estando o Sr. Fausto a ficar exaltado, Elsa Ferreira diz que não há diálogo, passando a palavra a Conceição Ferreira, que diz que já está mais ou menos esclarecida quanto ao assunto que pretendia ver esclarecido, mas que ainda não conseguiu perceber muito bem qual é a relação ou o medo da aquisição deste Espaço Cultural, com a Casa do Povo. Rui Soares responde que não é nenhum. Conceição Ferreira diz que se fala muito da Casa do Povo e Rui Soares esclarece, dizendo que quem o conhece sabe que não é refém de ninguém e muito menos de uma Coletividade, mas que de vez em quando aparecem aqui uns "politiqueirositos" que parece que querem é "pôr pau na roda", mas que não têm hipótese com ele, porque não está refém de ninguém, sendo portanto para avançar na aquisição deste Espaço. Elsa Ferreira intervém e diz que como é lógico, também tem algo a dizer sobre este assunto, e que estamos em Assembleia e não em reunião do Executivo, tendo por seu princípio na sua vida pessoal, profissional e também aqui na Assembleia, que quando lhe é colocada uma questão, só decide quando ouve as partes todas. E como não é conhecedora desta estória, terá que ouvir também a outra parte, embora até possa vir a aceitar que a Casa do Povo não tem nada a ver com esta questão, mas que tem que a ouvir para poder tomar uma decisão, além de também haver um contrato que acha que devemos conhecer na íntegra, existindo assim várias situações que devem ser clarificadas, pois iremos decidir sobre um legado pesado, que irá ficar para os próximos que vierem, e não quer que no próximo mandato digam que se está a encravar uma obra qualquer por causa da compra de uma casa. Por isso, como Presidente da Assembleia, quer decidir com clareza, informação e certeza, e é só por isso que não avançamos para esta votação. Conceição Ferreira volta a pedir a palavra e questiona se é garantido que o próximo Executivo dê continuidade ao Espaço Cultural ou seja o que for. Elsa Ferreira diz que não sabe, e que o que pode garantir é que voltaremos a este assunto mais tarde. Rui Soares pede a palavra e diz que há pouco tempo houve o Festival de Folclore, e que a Casa do povo pediu apoio à Junta, na montagem e desmontagem do palco, o Recinto de Festas, licenças, e um apoio financeiro, e o Executivo decidiu apoiar, dizendo que podiam contar com o palco, cobertura, o Recinto de Festas, e perguntando ainda se 1000€ chegavam, ficando a Casa do Povo toda contente. Por fim, diz também que este Executivo está cá para ajudar toda a gente, mas que a Casa do Povo não lhes deve nada, pois estes apoios não são para comprar as Coletividades, mas sim uma ajuda de coração a todos.

Elsa Ferreira passa então a palavra ao Senhor Fausto Rodrigues, que se dirige primeiro à Presidente da Assembleia, afirmando que esta havia dito na última Assembleia que ia exigir ao Executivo para que resolvesse o problema existente dentro do Executivo. Seguidamente dirige-se a Rui Soares, Sérgio Madeira e Miguel Monteiro, dizendo que estamos a um ano de eleições, e que todos quererão andar no porta a

porta com dignidade e dar a cara por esta situação, e que pelo bem de todos, diz que gostava de ver esta situação resolvida o mais depressa possível, para que não sejam todos interpretados e vistos da mesma maneira na rua, e que como adultos que são, que se sentem à mesa e resolvam da melhor maneira esta situação, para que possam informar e esclarecer a Assembleia o mais breve possível. Elsa Ferreira diz que pelo que percebeu não está a fazer nenhuma questão, mas sim um pedido, e que quanto ao esclarecimento do Executivo não se vai pronunciar, mas que poderá dizer e transmitir à Mesa de Assembleia, que há um pedido por escrito, feito na semana anterior pelo grupo da Coligação por Coimbra, para uma Assembleia Extraordinária, para tratar de assuntos que se prendem com este, havendo um compromisso de sua parte e da Coligação por Coimbra, para se fazer primeiro esta Assembleia, uma vez que há prazos a cumprir e havendo muitos assuntos a serem tratados na Assembleia de hoje, e que posteriormente se fará então uma Assembleia Extraordinária para se tratar deste assunto do Executivo, podendo o Senhor Fausto ficar depois esclarecido, ou não. O Senhor Fausto Rodrigues volta a pedir a palavra e a fazer o apelo ao Executivo para não esperarem por nada e se sentarem à Mesa para conversar e resolverem esta questão. Elsa Ferreira diz que não se vai alongar sobre este assunto, mas que quando recebeu este pedido por escrito, disse a quem o apresentou que estavam a fazer o que ela própria faria no lugar deles, não sendo por isso, nenhuma novidade para si, e que realmente se havia comprometido em voltar a este assunto, não o tendo já feito porque estivemos num período de férias, mas que o faremos então na próxima Assembleia. E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu como encerrada a Assembleia pelas zero horas e quinze minutos.

Foi elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

Botão, 30 de Setembro de 2016



Leónia Marina Nogueira Forte